

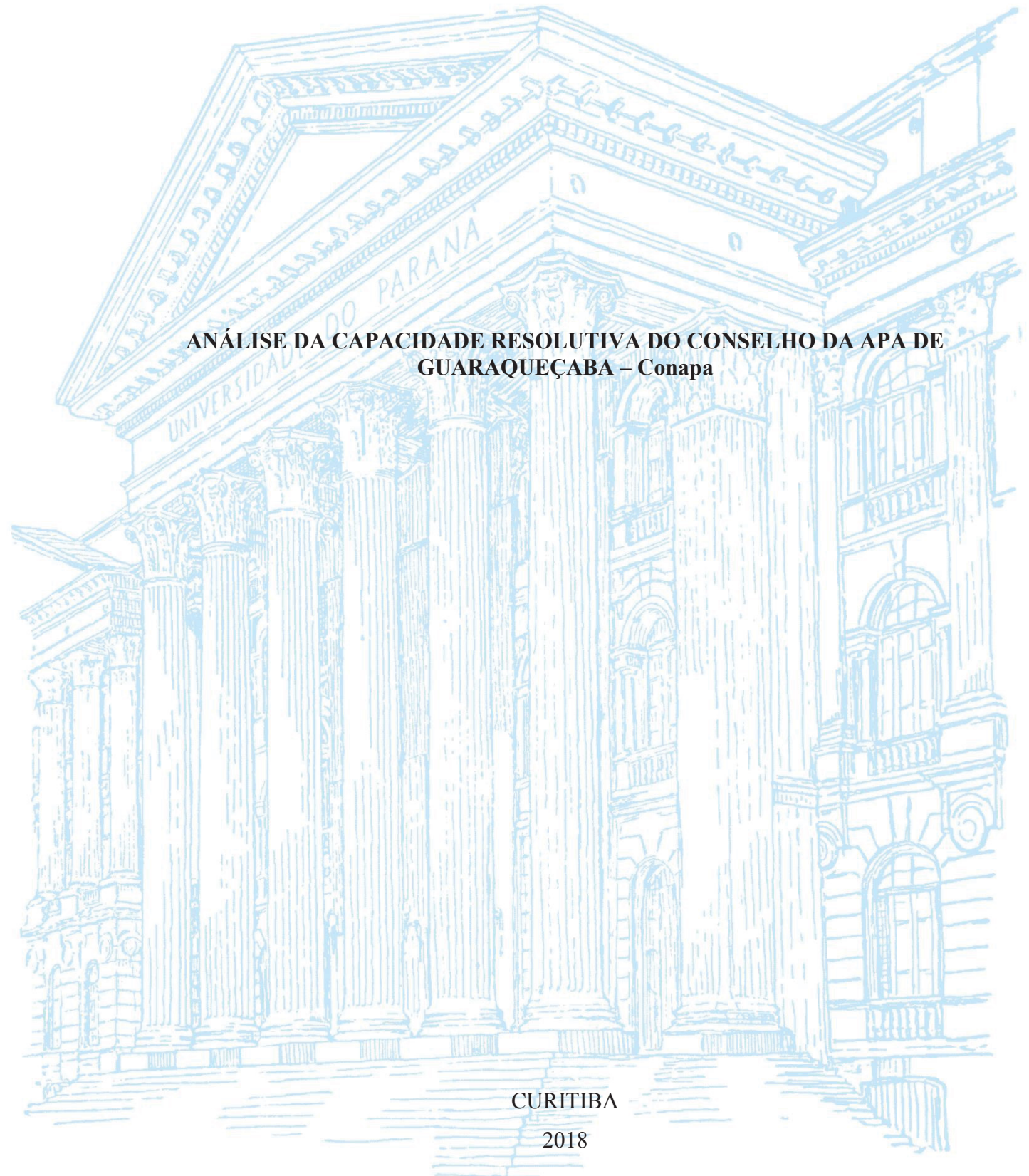
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUSTAVO DE CARVALHO STRESSER

**ANÁLISE DA CAPACIDADE RESOLUTIVA DO CONSELHO DA APA DE  
GUARAQUEÇABA – Conapa**

CURITIBA

2018



GUSTAVO DE CARVALHO STRESSER

**ANÁLISE DA CAPACIDADE RESOLUTIVA DO CONSELHO DA APA DE  
GUARAQUEÇABA – Conapa**

Relatório Técnico apresentado ao Programa de Especialização em Análise Ambiental, Departamento do curso de Geografia da Universidade Federal do Paraná, como requisito final para obtenção do título de Especialista em Análise Ambiental.  
Orientação: Profa. Dra. Camila Domit

CURITIBA  
2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR CIÊNCIAS DA TERRA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ANÁLISE AMBIENTAL

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ANÁLISE AMBIENTAL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **GUSTAVO DE CARVALHO STRESSER** intitulada: **ANÁLISE DA CAPACIDADE RESOLUTIVA DO CONSELHO DA APA DE GUARAQUEÇABA** ? Conapa, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVADO no rito de defesa.

A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 22 de Junho de 2018.

CAMILA DOMIT

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

MANUELA DREYER DA SILVA

Avaliador Externo (UFPR)

## RESUMO

O presente trabalho é exigência para conclusão do curso de Especialização em Análise Ambiental ofertada pelo Departamento de Geografia/UFPR. Trata-se de pesquisa relativa às demandas direcionadas e capacidade resolutiva do Conselho da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba – Conapa, que integra o corpo gestor da unidade de conservação e os conselheiros representantes de órgãos públicos, comunidades, universidades e instituições do terceiro setor. A APA de Guaraqueçaba é uma unidade de vasta extensão territorial que engloba riquezas naturais, culturais e socioeconômicas, mas que encapsula conflitos acerca de atividades antrópicas incompatíveis com as demandas legais à conservação da região. Os conselhos, como ferramenta de gestão de Unidades de Conservação – UCs, estão previstos na legislação federal, entretanto, desde sua criação no ano de 2000 até o presente momento, o Conapa passou por mudanças significativas em sua estrutura, como de caráter deliberativo para consultivo, na distribuição paritária de cadeiras e mesmo na quantidade total de conselheiros, além de discussão de marcos importantes para a gestão local. Porém, sua evolução não apresenta resultados expressivos em questões de mobilização e resoluções de demandas considerando o tempo de atuação. A descontinuidade de ações e integração de atores estabelece espaço para divergências e desinteresse por parte dos envolvidos quanto às ações da gestão propostas e aplicadas à região. Assim, foram analisados os resultados obtidos pelo Conapa e avanços significativos de demandas discutidas pelo conselho, por meio da pesquisa em atas das reuniões ordinárias, durante seis anos de atuação – de junho de 2011 até novembro de 2017, totalizando dez documentos oficiais. Ademais, mecanismos para aperfeiçoar as tomadas de decisões da gestão do Conselho foram ressaltadas, com o intuito de obter mais resultados e de maneira assertiva.

**Palavras-chave:** Conselho gestor. Unidade de conservação. Mecanismos de Gestão. Encaminhamento de resultado.

## ABSTRACT

The present work is a completion requirement for the Specialization Course in Environmental Analysis offered by the Department of Geography/UFPR. This research is about resolute capacity of the Guaraqueçaba Environmental Protection Area Council, which relates the management body and the councilors representing different bodies, communities or institutions. Conapa is the Managing Board of the APA of Guaraqueçaba, a place of vast territorial extension that encompasses natural, cultural and socioeconomic riches, and which also has internal conflicts about irregular activities in the region. From its inception to the present, the Board has undergone significant changes in its structure, from deliberative to advisory and the total number of directors, in addition to important management milestones, such as resolving relevant issues. However, its evolution was inexpressive, when compared to its time of operation, which opens space for disagreements and disinterest, on the part of those involved, regarding management actions. Thus, we sought to analyze the results obtained and significant advances by Conapa, through the research in minutes of the ordinary meetings, during seven years of operation - from June 2011 to November 2017, totaling ten official documents. In addition, mechanisms to improve the decision-making of the Board's management were emphasized, with the aim of obtaining more results and assertively.

**Keywords:** Management Council. Protected area. Management Mechanisms. Results forwarding.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVO DA PESQUISA</b> .....	<b>8</b>
<b>3</b>	<b>MÉTODOS</b> .....	<b>9</b>
3.1	<b>ÁREA DE ESTUDO</b> .....	<b>9</b>
3.2	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>10</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>21</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>22</b>
	<b>ANEXO I</b> .....	<b>24</b>
	<b>ANEXO II</b> .....	<b>24</b>
	<b>ANEXO III</b> .....	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A interferência dos padrões de crescimento e desenvolvimento da população humana ao meio ambiente torna-se cada vez mais complexa ao longo do tempo. A falta de percepção do ser humano perante o seu vínculo com a natureza e a inabilidade do ser em compreender diferenças entre um e outro tornam essa relação uma crise consolidada (MORIN, 2005). Entretanto, segundo Martine (2007), a maneira como a população ocupa um determinado espaço implica diretamente no possível alcance a uma sociedade sustentável.

Para que a sustentabilidade seja inerente ao desenvolvimento humano, os conhecimentos dos meios – natural e social, dos atores envolvidos e das formas de organização social devem estar presentes para haver um desenvolvimento alternativo socioambiental (JACOBI, 2003). O conhecimento desses três fatores, também chamado de consciência ambiental, objetiva fortalecer o diálogo e atuação democrática entre o governo federal e a própria sociedade (PORTAL PARTICIPA, 2017). Desse modo, a mesma referência afirma haver a criação do compartilhamento entre as partes com relação às decisões de programas e políticas públicas, por meio de mecanismos que possibilitem tal atuação, como o Plano de Manejo e os Conselhos.

Segundo Magalhães, Bononi, Mercante (2010), os conselhos são órgãos formados com o objetivo de convergir e solucionar temas de interesse coletivo, como o uso de recursos naturais de uma região e a recuperação de danos ambientais. Segundo a mesma referência, a prática da democracia e da educação para a cidadania, por meio dos conselhos, faz-se devido à atuação em conjunto dos diferentes atores da sociedade, como organizações sociais, representantes de comunidades, setores empresariais e políticos e órgãos públicos.

As Unidades de Conservação – UCs, segundo Ministério do Meio Ambiente (2018), são espaços territoriais, criados pelo governo federal, com o intuito de assegurar a sustentabilidade e a variabilidade de ecossistemas presentes em locais com características naturais essenciais para a sociedade, o qual garante, também, o uso racional dos recursos naturais pelas populações tradicionais existentes. Sob a mesma referência, para que as ações da gestão das UCs sejam integradas com a sociedade civil, é obrigatório a criação do conselho gestor, cuja função é auxiliar o chefe da UC na sua coordenação.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, regimentado pela Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, normaliza a criação de conselhos para as Unidades de Conservação existentes no Brasil. Para tanto, a definição para esses conselhos dá-se da seguinte forma:

segundo a Lei do SNUC, os conselhos são espaços públicos legalmente instituídos para o exercício da cidadania e do controle social da gestão do patrimônio público, por meio de discussão, avaliação e proposição de ações e políticas que visem o aprimoramento da administração das unidades de conservação, ou seja, é um espaço onde a sociedade pode participar efetivamente para a solução das questões socioambientais na região da Unidade (IDEMA, 2017).

As Unidades de Conservação são divididas em dois grupos: as de Uso Sustentável e as de Proteção integral, das quais ambas se separam em categorias de acordo com suas finalidades. Entre as categorias do grupo de Unidades de Uso Sustentável, a Área de Proteção Ambiental – APA – é representada por extensas áreas com riquezas naturais, estéticas e culturais, com o objetivo de assegurar a sustentabilidade ambiental e habitacional para os moradores do espaço (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2018). Estas unidades são gerenciadas pelo órgão ambiental com apoio de conselhos gestores consultivos e deliberativos, os quais constituem uma arena de avaliação de ações de interesse coletivo e de resolução de conflitos, principalmente territoriais. Os Conselhos atuam guiados por um regimento interno e geralmente discutem temas específicos em câmaras técnicas que abrangem um número maior de participantes (ICMBIO, 2014).

A APA de Guaraqueçaba abrange um território com atividades antrópicas que envolvem agricultura, pecuária, pesca, mineração e outras ações de relativo impacto ao ecossistema,

principalmente se não forem bem manejadas e ordenadas. A região abriga comunidades tradicionais, as quais fazem uso dos recursos naturais para sustento e comércio regional, entretanto, é também um dos últimos remanescentes do ecossistema de Mata Atlântica, sendo composta por habitats frágeis e suscetíveis às intervenções humanas (IPARDES, 2001).

O Conselho da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba – Conapa, instituído pela Portaria IBAMA nº. 65/2002 e modificado pela Portaria IBAMA nº. 25, de 28 de abril de 2005, e integrante do Sistema de Gestão da APA de Guaraqueçaba, corresponde a um órgão consultivo com mecanismo significativo de conexão entre a gestão da APA de Guaraqueçaba e a participação dos atores sociais nas tomadas de decisão (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2018).

O Conapa, segundo Consoni (2003), tem por finalidade “contribuir para a efetiva implantação e cumprimento dos objetivos de criação da APA de Guaraqueçaba.” Assim, o Conapa tem como objetivos:

articular apoio político e institucional visando a consolidação da APA, garantir a equidade entre o respeito e desenvolvimento do ser humano e a conservação da natureza, fomentar ações buscando a melhoria socioeconômica dos moradores que vivem na APA e promover a integração institucional visando coordenar as ações desenvolvidas nas UCs da região, garantindo a participação efetiva dos diferentes atores envolvidos (CONSONI, 2003).

Desde sua criação até o presente momento, o Conapa submeteu-se a manifestações de conflitos e a mudanças significativas em sua gestão, como a alteração de órgão deliberativo para consultivo e a articulação para a atualização do Plano de Manejo, bem como o surgimento de divergências entre conservação e uso dos recursos naturais, como a pesca predatória, o uso e ocupação do solo pelas comunidades e entre outros (TEIXEIRA; LIMONT, 2007).

As reuniões de um Conselho devem, necessariamente, ser estruturadas e organizadas para atender as necessidades apontadas pelos conselheiros. Tal organização inicia-se desde questões como objetivos da reunião, resultados esperados, documentos disponibilizados e local da reunião, até a elaboração da pauta e logística de mobilização dos conselheiros e interessados (ICMBIO, 2014). Segundo Maya et al. (2014), existem dificuldades de comunicação entre comunidades e Conselho, bem como a participação insatisfatória das comunidades nas tomadas de decisão dos Conselhos.

Para Teixeira, Limont (2007), entre os desafios para a eficiência desta ferramenta de apoio à gestão estão: a mobilização dos atores sociais, a divergência de conhecimentos sobre os temas diversos tratados, a manutenção da atividade dos conselheiros entre reuniões técnicas e mesmo o controle das disputas de poder que tendem a surgir em reuniões que envolvem tomadas de decisão.

Considerando os desafios e limitações impostas a eficiência do funcionamento e cumprimento dos objetivos da gestão participativa do Conselho, o presente estudo tem como objetivo principal diagnosticar as ações do Conapa por meio dos resultados expressivos e/ou avanços significativos dos assuntos pautados em reuniões ordinárias do Conselho, realizadas entre 2011 e 2017. Além disso, o estudo aponta mecanismos que possam favorecer à assertividade dos processos e decisões de gestão deste conselho.

## **2 OBJETIVO DA PESQUISA**

- Objetivo principal: diagnosticar as ações do Conapa por meio dos resultados expressivos e/ou avanços significativos em assuntos pautados em reuniões ordinárias do Conselho, realizadas entre 2011 e 2017
- Objetivo específico 1: Caracterizar a formação do Conselho e a distribuição/representatividade dos conselheiros;

- Objetivo específico 2: Diagnosticar os temas abordados pelo Conselho e principais direcionamentos para solução/orientação das questões;
- Objetivo específico 3: Analisar o perfil dos resultados por parte do Conselho;
- Objetivo específico 4: Apontar diretrizes e potencialidades para melhorar a efetividade das ações do Conselho.

### 3 MÉTODOS

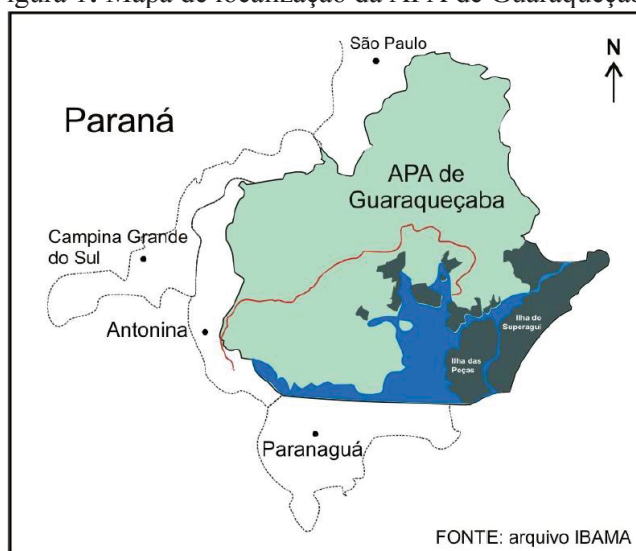
#### 3.1 ÁREA DE ESTUDO

Segundo Castella et al., (1995), a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba – APA de Guaraqueçaba, instituída pelo Decreto n°. 90.883, de 31 de janeiro de 1985, está inserida na maior área contínua de remanescentes de Mata Atlântica e abrange três tipos de zonas ambientais com padrões territoriais específicos, que são:

Zonas de Proteção: com a função de proteger os sistemas naturais existentes, de alta peculiaridade ambiental e alta suscetibilidade ambiental de riscos ambientais; Zonas de Conservação: com a função de permitir a ocupação do território sob condições adequadas de manejo e utilização dos recursos ambientais, e; Áreas de Ocorrência Ambiental: com a função de delimitar locais com sistemas ambientais particulares que se situam de forma dispersa ou isolada (IPARDES, 2001).

A APA de Guaraqueçaba localiza-se na porção norte do litoral do Paraná e contorna uma superfície de 3.134 km<sup>2</sup>, onde incorpora os municípios de Campina Grande do Sul, Antonina e Paranaguá, e faz divisa com o Estado de São Paulo, como se observa na figura a seguir:

Figura 1: Mapa de localização da APA de Guaraqueçaba.



Fonte: LIMONT, 2009.

Com área maior que 280 mil hectares, a APA de Guaraqueçaba é uma das áreas remanescentes de Mata Atlântica mais importantes do país, devido à variedade de ambientes com uma expressiva diversidade em flora e fauna, onde abriga espécies endêmicas e ameaçadas (IPARDES, 2001). Além de ser um importante palco para pesquisas científicas de universidades brasileiras renomadas, a APA de Guaraqueçaba detém riquezas históricas, culturais e de belezas cênicas ímpares, o que favorecem

seu reconhecimento pela Unesco como uma das principais áreas mundiais de concentração de biodiversidade (SPVS; SOS MATA ATLANTICA; INPE, 2018).

As abundâncias e diversidades naturais e culturais da região contrastam-se com o presente cenário, demarcado pela insuficiência do desenvolvimento socioeconômico, da persistência de conflitos, em conjunto com a carência da regularização fundiária e a predominância de atividades econômicas altamente impactantes, faz do Conapa um órgão-chave para mitigar, compensar e/ou resolver os entraves regionais (SPVS, 2018b).

O contexto geográfico e territorial da APA de Guaraqueçaba, segundo Limont (2009), associada ao crescimento desordenado das comunidades locais, com dificuldades ao acesso à serviços básicos de saúde e educação, assim como os efeitos políticos econômicos, predispõem a região à conflitos de interesse para o uso deste território. Estas condições expõe a Unidade de Conservação e o seu conselho gestor a serem parte das poucas ações de governo próximas a população e que dá voz a estes. No entanto, segundo a mesma referência, a legitimidade deste espaço para tomadas de decisão social e econômica é menor do que a esperada, visto sua missão ambiental, o que causa frustrações e até mesmo desmobilização dos atores sociais locais.

### 3.2 METODOLOGIA

O presente trabalho centralizou-se no levantamento das soluções dos tópicos abordados pelo Conapa, por meio da análise de dados com o auxílio de tabelas desenvolvidas para o estudo, o que caracteriza uma pesquisa qualitativa (FONSECA, 2002). Ademais, segundo o mesmo autor, a natureza do estudo é a de pesquisa aplicada, a qual foca nos resultados para sua aplicação prática com procedimentos baseados em pesquisas documentais, por meio de documentos oficiais, como o Regimento Interno, e a leitura das atas das reuniões do Conselho.

As atas são, perante Dicio (2018), em sua essência, um documento fundamental e indispensável de registro escrito que contém fatos, acontecimentos e resoluções de uma assembleia ou reunião administrativa. Esse documento, segundo a mesma referência, comprova ações tomadas ou não perante os assuntos propostos no momento.

O estudo iniciou-se com a análise das atas das reuniões ordinárias do Conapa a partir de junho de 2011 até sua última reunião, ocorrida em novembro de 2017, o que não contempla toda a trajetória histórica de atuação do Conselho, apenas parcial. Tais documentos foram enviados para a pesquisa devido a solicitação direcionada à chefia em exercício, no período de estudo do presente trabalho, da APA de Guaraqueçaba. Essa análise se deve à modificação do caráter estratégico do Conselho, que foi do deliberativo para o de consultivo, ocorrido em 2011. Vale ressaltar que houve a presença do autor do presente trabalho na última reunião ordinária, porém apenas com foco em observar o andamento do encontro e escutar comentários de conselheiros, participantes, ouvintes e o gestor em exercício da Unidade de Conservação.

Para analisar a real possibilidade de tomada de decisão para os assuntos registrados nas reuniões do Conselho, houve o nivelamento e avaliação destes por meio dos atributos que a cada um pertence, que são: tempo, custo, público, atores, nível de investigação, propósito e ciclo (HOCKING; STOLTON; DUDLEY, 2000). Além disso, para cada atributo, considerou-se a existência de dados e a necessidade de outros atores ou áreas de atuação para se tomar uma decisão.

A análise das atas respaldou-se na verificação da relação dos conselheiros cadastrados com os participantes das reuniões ordinárias, e no preenchimento de três tabelas elaboradas para o tema. A primeira consiste na organização da: presença dos conselheiros nas reuniões, assuntos abordados em cada reunião, objetivo principal do assunto, linhas de atuação mencionadas, responsável da demanda, solicitação de ação, ações ocorridas e resultados gerados, como exemplifica o Anexo I – Tabela 1.

A segunda tabela classifica os assuntos conectando-os com os objetivos principais e norteadores do Conapa, do qual são mencionados no seu Regimento Interno. Além disso, a tabela focaliza nas solicitações dos conselheiros, nivela a dificuldade em solucionar o assunto e demarca os

acontecimentos-chave (resolvido, inerte/interrompido, cancelado), desde sua citação em reunião até a sua resolução ou resultados alcançados.

O nivelamento da dificuldade em solucionar um assunto foi baseado na lógica de criação de indicadores de desempenho, dos quais são utilizados para verificar e refletir o efetivo sucesso de uma gestão estratégica de um grupo, empresa ou organização (FISCHMANN; ZILBER, 2018). Ademais, os indicadores apontam se a organização está avançando na direção do atendimento aos objetivos principais, principalmente quando relacionados em termos de custo, tempo e qualidade – pessoas e serviços (TATIKONDA, 1998).

A definição do nível de dificuldade para cada assunto foi baseada na soma objetiva dos seguintes indicadores:

- Quantidade de atores envolvidos na solução do assunto – a partir de zero;
- Quantidade de meses que o assunto vem sendo apontado nas atas – a partir de zero;
- Dependência financeira para a realização do assunto – sim ou não;

Assim, quando somados e avaliados, os resultados do nível de dificuldade se estabelecem em “baixo”, “médio” e “alto”. A segunda tabela é exemplificada no Anexo II – Tabela 2.

E por fim, a terceira tabela consiste na síntese das principais informações obtidas pelas tabelas anteriores, de modo a esclarecer os resultados das ações. Para isso, separou-se em quatro colunas distintas, a saber:

- Temas/objetivos: objetivos intrínsecos ao Conapa;
- Nível de dificuldade: como abordado anteriormente;
- Quantidade de incidência de cada nível: somou-se a quantidade de ocorrências de cada nível de dificuldade para cada objetivo, e;
- Média dos resultados obtidos por objetivo: analisou-se a Tabela 2 e definiu-se o resultado por nível de dificuldade/objetivo, resultando em porcentagens. Essas porcentagens foram definidas por: 100% (resultados imediatos ou a partir da reunião seguinte do Conselho), 75% (resultados a partir da segunda reunião), 50% (resultados a partir da terceira reunião), 25% (resultados a partir da quarta reunião em diante) e 0% (sem resultados). Assim, para obter a média dos resultados, aderiu-se a média simples aos valores, o qual é somado as porcentagens e dividido pela quantidade de incidência de tal nível de dificuldade/objetivo. Com o resultado, aproximou-se o valor com a porcentagem pré-definida pela Tabela 3, mostrada no Anexo III.

$$\text{Apoio Político e Institucional/Médio: } \frac{100\%+0\%+0\%+75\%}{4} = 43,75\% \sim 50\% \text{ (próximo à 50\%)}$$

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### a. Composição do conselho e sua forma de ação regimentada

A Portaria IBAMA nº 65, de 19 de abril de 2002, cria o Conselho Deliberativo da APA de Guaraqueçaba, o qual, além de atribuir a finalidade do órgão e outras definições, aponta a estrutura para composição do Conselho e pondera a quantidade necessária de representantes por área. Todavia, segundo a ata da reunião ordinária do dia 30 de setembro de 2011, houve a reestruturação da composição do Conapa, o qual foi desmembrada em três setores distintos e ficou definida da seguinte maneira:

#### • SETOR GOVERNAMENTAL

- Chefe da APA de Guaraqueçaba;
- um representante do Batalhão da Polícia Ambiental;

- um representante da Área de Proteção Ambiental e Estadual do Instituto Ambiental do Paraná – IAP;
  - um representante da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA – e do Conselho do Litoral – COLIT;
  - um representante da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR;
  - um representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/SEAB;
  - um representante da Secretaria Estadual da Cultura;
  - um representante da Secretaria Estadual de Turismo – Ecoparaná;
  - um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Guaraqueçaba;
  - um representante da Secretaria de Meio Ambiente de Paranaguá, e;
  - um representante da Secretaria de Meio Ambiente de Antonina.
- **SOCIEDADE CIVIL**
    - um representante da ADETUR;
    - um representante da FETAEP ou FAEP;
    - dois representantes da comunidade científica;
    - um representante das Reservas Particular de Patrimônio Natural – RPPN, e;
    - cinco representantes de organizações não-governamentais.
- **COMUNIDADES**
    - um representante da comunidade do Rio Guaraqueçaba;
    - um representante da comunidade do Rio Serra Negra;
    - um representante da comunidade do Rio Tagaçaba;
    - um representante da comunidade de Guaraqueçaba – Sede;
    - um representante da comunidade do Rio Itaquí;
    - dois representantes da comunidade do Rio Itinga/Paranaguá;
    - um representante da comunidade do Rio Cachoeira/Antonina;
    - um representante da comunidade do Rio Faisqueira/Antonina, e;
    - um representante da comunidade do Rio do Nunes/Antonina.

A composição do conselho do Conapa modificou-se desde sua formação inicial, em 19 de abril de 2002, até a sua reformulação, ocorrida em setembro de 2011. Tal mudança implicou na exclusão de:

- um representante da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba;
- um representante da Prefeitura Municipal de Paranaguá;
- um representante da Prefeitura Municipal de Antonina;
- dois representantes do setor privado;
- um representante da comunidade do Rio Benito, e;
- um representante da comunidade do Rio Sebuí.

A alteração na quantidade e representatividade dos conselheiros também se respaldou na inclusão de representantes, dos quais são:

- um representante do Batalhão da Polícia Ambiental;
- um representante da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA;
- um representante da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR;
- um representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/SEAB;
- um representante da Secretaria Estadual da Cultura;

- um representante da Secretaria Estadual de Turismo – Ecoparaná;
- um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Guaraqueçaba;
- um representante da Secretaria de Meio Ambiente de Paranaguá;
- um representante da Secretaria de Meio Ambiente de Antonina;
- um representante da ADETUR;
- um representante da FETAEP ou FAEP;
- dois representantes de organizações não-governamentais, e;
- um representante da comunidade de Guaraqueçaba – Sede.

A atual constituição dos conselheiros e conseqüentemente, representantes das áreas que atuam, proporciona, em tese, maior abrangência e pluralidade quanto aos assuntos debatidos em reuniões e, também, enriquecimento quanto às diferentes percepções para resultados. Entretanto, tal favorecimento não condiz com as decisões e/ou resultados alcançados pelo Conselho até o momento. A relação presencial dos conselheiros, evidenciada pela Tabela 4, esclarece o afastamento físico, o que implica no enfraquecimento da variedade de assuntos e no seu empoderamento para tomadas de decisões.

De acordo com os dados levantados por meio das atas das 10 reuniões ordinárias, ocorridas sequencialmente entre junho de 2011 e novembro de 2017, houve a capacidade de se calcular a quantidade de representantes presentes por reunião, que resultou nos seguintes números indicados pela Tabela 4 a seguir:

Tabela 4: número de conselheiros participantes por área de representatividade nas reuniões ordinárias do Conapa.

Presença de Representantes nas reuniões ordinárias	Quantidade máxima permitida	11/06/2011	30/09/2011	24/11/2011	11/05/2012	05/12/2013	11/06/2014	21/11/2014	25/11/2015	01/12/2016	01/12/2017
Representantes de UCs da APA de Guaraqueçaba:	3	3	2	3	3	3	3	3	3	1	2
Representantes do Conselho do Litoral:	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Representantes de órgãos públicos:	10	3	0	3	1	3	1	2	3	3	3
Representantes da comunidade científica:	2	0	0	1	2	2	1	2	1	2	2
Representantes de ONGs:	5	1	1	1	3	1	1	2	3	3	2
Representantes de comunidades:	9	3	1	1	4	1	3	4	5	8	8

Fonte: adaptado das atas das reuniões ordinárias do Conapa.

De acordo com a análise das reuniões ocorridas nos anos de 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017, ocorreram apenas uma única reunião por ano do Conapa, o que não apresenta a devida ocorrência de três reuniões ordinárias, conforme Regimento Interno do Conselho. Tal descontinuidade e falta de periodicidade nas reuniões favorecem o desestímulo dos participantes, em especial dos conselheiros, dos quais são fundamentais para o progresso do Conselho gestor.

A frequente ausência da quantidade máxima dos representantes por área e setor favorece à invariabilidade de percepções dos assuntos em pauta, bem como as possíveis perspectivas e apontamentos diferenciados que poderiam ocorrer em reunião. É notória a necessidade do comparecimento dos representantes e, conseqüentemente, do acompanhamento da evolução do Conapa, pois poderia existir assuntos que gerassem resultados espontâneos, caso os representantes de tal área estivessem presentes nas reuniões ordinárias.

A representação social no Conselho pode ressurgir a partir de um aperfeiçoamento da escolha dos representantes e de seus interesses frente ao Conselho, que devem estar alinhados com os objetivos principais do Conapa e de sua comunidade. Além disso, é essencial o reforço no comprometimento desse representante em reportar à comunidade os assuntos e decisões tomadas pelas reuniões, escutar as declarações dos moradores, trazê-las às reuniões ordinárias e se fazer presente ou delegar substitutos que possam ocupar seu posto.

#### b. Dinâmica de trabalho e exposição de fatos em ata

Após a leitura e compreensão das atas das reuniões do Conapa, verificou-se a ausência na padronização e na organização dos acontecimentos em cada reunião, o qual impediu o real entendimento da situação, tornando-os, em muitos casos, incompreensíveis. Tais diversidades são:

- ausência de menção de quais conselheiros estão presentes e a quem representam;
- inexistência da separação, por escrito, das pautas a serem abordadas na presente reunião;
- falta de detalhamento da ata anterior e de qual posicionamento tomou-se frente tais assuntos abordados;
- ocorrência, pontualmente, de aprovação da ata passada somente após duas reuniões seguintes, havendo um período de mais de 01 ano entre a reunião e a aprovação de sua ata;
- carência na objetividade dos resultados de cada pauta abordada, como, por exemplo, melhor descrição a respeito do assunto, apontamento de ações seguintes, responsáveis por tais ações, entre outros;
- interligação de assuntos diversos e dissonantes em uma mesma sessão da ata;
- mescla de frases entre pautas e comentários;
- excepcionalidade de atas com a presença de encaminhamentos ao final do documento, e;
- ausência da assinatura dos conselheiros para a aprovação da ata anterior.

Diante da notória importância que consiste a ata e a expressiva quantidade de discordâncias entre os documentos analisados, faz-se a necessidade da criação de um documento padrão de identificação dos acontecimentos em reunião. Para que todo e qualquer cidadão possa ler e entender as atas, elas poderiam descrever, também, a representatividade de todos os participantes, bem como a obrigatoriedade em validar a ata da reunião anterior, um destaque para ações que aconteceram, os encaminhamentos para a próxima reunião e assinatura dos conselheiros no documento aprovado.

Como segunda opção de melhoria, aponta-se a necessidade no desenvolvimento de outro documento padrão para acompanhar as atas, o qual daria destaque apenas aos participantes, ações ocorridas e demandas indicadas em reunião, evidenciando seus responsáveis pela execução e/ou monitoramento dos fatos. Assim, este documento promoveria maior esclarecimento sobre o progresso das ações, facilitaria a lembrança das atividades já ocorridas e simplificaria o entendimento do leitor perante as atas das reuniões.

#### c. Temas abordados e encaminhamentos de solução

O presente trabalho resumiu os assuntos abordados pelo Conselho mediante a conexão destes com os objetivos do Conapa, além de considerar as solicitações do Conselho, o nível de dificuldade e a data de início e/ou resolução/avanço do assunto, que resultou no preenchimento da Tabela 2. O resultado desse diagnóstico está presente a seguir:

Tabela 2: resultado da separação dos assuntos abordados pelos objetivos do Conapa.

Objetivos do Conselho /Assuntos na Ata	Solicitação do Conselho	Nível de dificuldade para solução	Data Início – 16/06/2011	Data Início e/ou Resolução – 30/09/2011	Data Início e/ou Resolução – 24/11/2011	Data Início e/ou Resolução – 11/05/2012	Data Início e/ou Resolução – 05/12/2013	Data Início e/ou Resolução – 11/06/2014	Data Início e/ou Resolução – 21/11/2014	Data Início e/ou Resolução – 25/11/2015	Data Início e/ou Resolução – 25/11/2016	Data Início e/ou Resolução – 25/11/2017
Apoyo político e institucional	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Polícia Ambiental - atuação irregular	Participação do BP Amb nas reuniões do Conselho e abrandamento das abordagens frente às comunidades e pescadores	Médio	X	Em andamento	Explicação - presença na reunião	--	--	Planejamento das ações integrado com a APA	--	--	--	--
Ministério da Pesca	Permissão, liberação e identificação da pesca para embarcação motorizada, por parte da comunidade.	Alto			X	--	--	--	--	--	--	--
Projeto Observatório do Litoral	promover o intercâmbio e a produção de informações para apoiar as instituições que tomam decisões sobre o desenvolvimento e conservação da região do litoral.	Alto				X	--	--	--	--	--	--
Disciplina Planejamento Ambiental UFPR	Contribuir para o diagnóstico do Plano de Manejo Integrado	Alto						X	Resultado Final do Diagnóstico	Resultados de mapas e estudos sobre a área		
Participação do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Antonina - CMMMA	Compartilhamento de experiências e possibilidade de auxílio para estruturação/gestão do Conselho	Baixo									X	--
Desenvolvimento do ser humano e conservação da natureza	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Balizamento do furado		Alto	X	--	(explicação sobre a situação; nada resolvido)	--	--	--	--	--	--	--
RAPPs		Médio	X	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Fazenda São Raphael		Baixo	X	<b>Resolvido</b>								
FAEP	Participação no Conselho e promoção e cursos para comunidade	Baixo		X	--	--	--	--	--	--	--	--
Legislação para área de plantio e uso da madeira	Tornar legal o plantio e uso de árvores para as comunidades	Médio		X	--	--	--	--	--	--	--	--







De acordo com os dados apontados na Tabela 2, os assuntos abordados pelo Conselho variam em profundidade e dinamismo, o que provoca diferentes observações. Com relação ao objetivo “Apoio Político e Institucional”, houve cinco assuntos apontados, dos quais 01 (um) foi resolvido, cujo nível de dificuldade é “alto”, e em 01 (um) assunto houve avanço com nível de dificuldade “médio”. Quanto ao objetivo “Desenvolvimento do Ser Humano e Conservação da Natureza”, houve 13 assuntos evidenciados, dos quais 01 (um) foi resolvido – dificuldade “baixo”, e 01 (um) foi avançado.

Em relação ao objetivo “Melhoria Socioeconômica dos Moradores”, houve 13 assuntos registrados, dos quais nenhum obteve resolução e apenas dois alcançaram avanços. E por fim, quanto ao objetivo “Integração institucional – com participação dos diferentes atores envolvidos”, houve a incidência de 20 assuntos, dos quais cinco foram resolvidos – com níveis de dificuldade entre 01 (um) “alto” e 04 (quatro) “baixo”, e 03 (três) outros assuntos obtiveram avanços.

Outra relação apontada pelo estudo é a diversidade em resultados obtidos por parte do Conapa. Existem, ao todo, sete resultados efetivos observados pela análise, que são:

- contribuição para o diagnóstico do Plano de Manejo Integrado, por parte da disciplina de Planejamento Ambiental da UFPR;
- exclusão da Fazenda São Raphael perante a área de recuperação de áreas degradadas;
- finalização da etapa de diagnóstico da região de Medeiros para o Plano de Manejo Integrado;
- definição do mandato para quatro anos;
- definição da realização de duas reuniões ordinárias por ano;
- criação da Câmara Técnica de Licenciamento, e;
- criação da Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais.

Em contraponto aos resultados apresentados, diversos assuntos que permearam as reuniões ordinárias não apresentaram qualquer avanço ou evolução, sendo estes, muitas vezes, nem mencionados nos encontros posteriores. Destes assuntos como as ostras, instalação de linha telefônica, criação de diversas Câmaras Técnicas e estudos de valoração das Unidades de Conservação, por exemplo, não foram mencionados em reuniões sucessoras e sequer encaminhados para a solução.

Um ponto de significativo destaque foi a ausência na continuação da criação de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho perante assuntos de interesse comunitário. Sabe-se, segundo ICMBio (2014), que a função da Câmara Técnica é a de apoiar o Conselho na discussão, proposição e decisão de assuntos específicos, tendo um período permanente de existência. Além disso, segundo a mesma referência, os Grupos de Trabalho, mesmo tendo um período temporário de existência, também auxiliam o Conselho na discussão de temas específicos, o que, caso existissem, favoreceriam o desdobramento de assuntos relevantes às comunidades e orientá-los-ia à resolução.

Com relação à síntese das principais informações obtidas, o preenchimento da Tabela 3 é demonstrado a seguir:

Tabela 3: tabela de obtenção dos resultados por cada objetivo do Conapa.

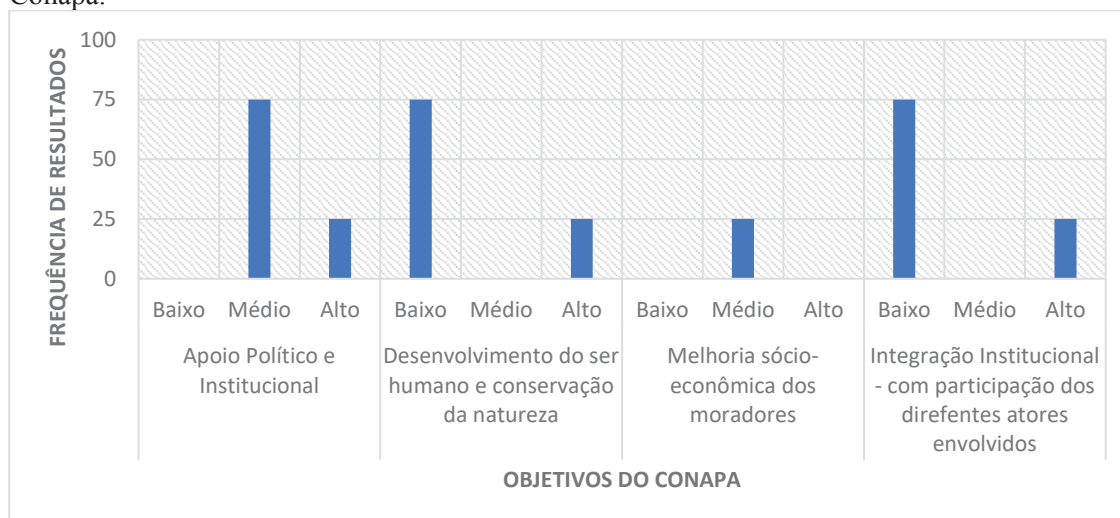
Temas/ Objetivos	Nível de Dificuldade	Quantidade de Incidência do Nível de Dificuldade	Média dos Resultados obtidos por objetivo				
			100% (resultados imediatos ou a partir da reunião seguinte)	75% (resultados a partir da segunda reunião)	50% (resultados a partir da terceira reunião)	25% (resultados a partir da quarta reunião em diante)	0% (sem resultados)
	Baixo	2					X

<b>Apoio Político e Institucional</b>	Médio	1		X			
	Alto	3				X	
<b>Desenvolvimento do ser humano e conservação da natureza</b>	Baixo	3		X			
	Médio	8					X
	Alto	4				X	
<b>Melhoria socioeconômica dos moradores</b>	Baixo	4					X
	Médio	5				X	
	Alto	5					X
<b>Integração institucional – com participação dos diferentes atores envolvidos</b>	Baixo	9		X			
	Médio	6					X
	Alto	5				X	

Fonte: adaptado do Regimento Interno do Conapa; o autor.

Os avanços obtidos por cada nível de dificuldade que os objetivos comportam, atrelados aos assuntos, são ressaltados no Gráfico 1:

Gráfico 1: média dos avanços obtidos pelo nível de dificuldade de cada assunto vinculado a um objetivo do Conapa.



Fonte: o autor.

Como demonstrado no Gráfico I, o objetivo “Apoio Político e Institucional” não apresentou resultados com nível de dificuldade baixo de resolução. Para nível médio, apresentou uma média de resultados a partir da segunda reunião seguinte, e para nível alto de dificuldade, resultados apenas após a quarta reunião em diante.

O segundo objetivo analisado, chamado “Desenvolvimento do ser humano e conservação da natureza”, identificou que a média de assuntos de nível de dificuldade baixo de resolução foram solucionados a partir da segunda reunião, diferentemente dos de nível médio, o qual não houve resultados, e de nível alto, com resultados a partir da quarta reunião em diante.

O objetivo “Melhoria socioeconômica dos moradores” não apresentou resultados nos níveis de dificuldade de resolução de assuntos baixo e alto. Não obstante, o nível de dificuldade médio apontou resultados a partir da quarta reunião em diante. Ademais, para o objetivo “Integração Institucional – com participação dos diferentes atores envolvidos”, o nível baixo apresentou resultados a partir da segunda reunião, o nível médio não apresentou resultados e o nível alto apresentou resultados somente a partir da quarta reunião em diante.

De maneira geral, os resultados apontados favoreceram aos objetivos institucionais do Conselho gestor, contrapondo-se aos objetivos de desenvolvimento humano, conservação da natureza e melhoria socioeconômica.

O Conapa, expressado por grande parte das atas das reuniões, demonstra ausência de discussão com os conselheiros sobre questões fundamentais – como atividades rurais, conservação e manejo, por exemplo – inexistência da elaboração das pautas em grupo e, em certas ocasiões, a impossibilidade da presença de conselheiros nos locais pré-determinados para as reuniões. A capacidade decisória e resolutiva do Conselho mostra-se insuficiente e comprometida, o qual ocasiona perda em sua representatividade local e, conseqüentemente, baixa adesão de interessados em participar das reuniões.

Diante de todos os assuntos pautados nas reuniões ordinárias estudadas, o que caracteriza 51 temas, apenas sete foram resolvidos e atingiram êxito, onde em sua maioria foram caracterizados com nível de dificuldade “baixo”. A baixa diversidade nas tomadas de decisões e sobretudo a diferença de resultados entre os objetivos do Conselho, fica evidenciado uma inclinação para o aperfeiçoamento dos assuntos correspondentes ao objetivo “Integração institucional – com participação dos diferentes atores envolvidos”. Em contrapartida, aperfeiçoamentos e/ou resultados que favorecessem o desenvolvimento sustentável das comunidades ou à conservação da biodiversidade, por exemplo, não foram destaque.

De modo geral, o Conselho da APA de Guaraqueçaba distingue-se pela complexidade em elencar todos os temas característicos, devido a sua ampla extensão territorial e a abundância de riquezas naturais e culturais que carrega consigo. Entretanto, o tímido avanço evidenciado nos estudos de sete anos de realizações das reuniões ordinárias comprova que a gestão do Conselho foi, e continua sendo, improdutiva quanto ao encaminhamento e geração de resultados.

Para que o Conselho promova o diálogo permanente com a sociedade e construa, com diversos atores sociais, as soluções para os desafios, o Conapa deve priorizar a aplicação de mecanismos que potencializem a efetividade nas resoluções dos assuntos, como ferramentas de gestão, análise estratégica interna do Conselho, desdobramento de problemas e a criação de um planejamento estratégico, por exemplo, que define a direção que a organização, ou o órgão, deve seguir, por meio da descoberta de objetivos válidos e não-subjetivos (VASCONCELOS FILHO, 1978).

Além do aprimoramento da efetividade da gestão do Conselho, preconiza-se o aperfeiçoamento da publicidade dos acontecimentos do Conapa, devido a ausência de outros canais de comunicação eficazes, além das reuniões ordinárias. O aperfeiçoamento do uso das mídias sociais, como o *website*, por exemplo, possibilitaria a promoção de maior público presente nas reuniões ordinárias, fomento de interessados em contribuir com o avanço dos trabalhos, assim como explorar novas vertentes de soluções para os desafios que o Conapa enfrenta atualmente.

## 5 CONCLUSÃO

O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba demonstrou, ao longo dos dez anos de atuação estudados pelo presente trabalho e representados pelas atas revisadas de suas reuniões ordinárias, avanços pontuais e pouco expressivos se comparados a sua trajetória histórica e amplitude de atuação e impacto social. É nítida a necessidade da implementação de mecanismos que desobstruam o fluxo de resoluções de temas, como a criação de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, o que não dependeria exclusivamente das reuniões ordinárias para resolver tais assuntos.

A necessária atenção quanto aos assuntos de grande impacto comunitário, como atividades rurais, manejo e conservação naturais, deve compor um local de destaque para as estratégias de atuação do Conselho gestor, para que promova o devido engajamento e impacto social necessários, e assim estimular maior participação comunitária nas reuniões. De modo igual, a socialização do poder de voz deve se fazer presente em todas as reuniões, em conjunto com uma clara e concisa comunicação perante todos os participantes, a fim de dinamizar os resultados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLA, Paulo Roberto et al. Módulo 1 - Caracterização da APA de Guaraqueçaba. In: CASTELLA, Paulo Roberto et al. (Org.). **Plano de Gestão Ambiental - APA de Guaraqueçaba**. 1. ed. Curitiba, Paraná: [s.n.], 1995. cap. 1, p. 5-6. v. 1. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm\\_apa\\_guaraquecaba.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_apa_guaraquecaba.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2017.
- CONSONI, José Otávio Cardoso. **Termo de Abertura**: Registro das Reuniões do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental - APA de Guaraqueçaba. 1. ed. Guaraqueçaba: [s.n.], 2003. 173 p. v. 1. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/#search/fatima.guedes%40icmbio.gov.br/15dad47f0805db82?projector=1>>. Acesso em: 07 jan. 2018.
- DICIO, Dicionário Online de Português. **Significado de Ata**. ANO. 1. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/ata/>>. Acesso em: 08 jan. 2018.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FISCHMANN, Adalberto A.; ZILBER, Moisés Ary. **Utilização de indicadores de desempenho como instrumento de suporte à gestão estratégica**. 1. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Moises\\_Zilber/publication/267559505\\_UTILIZACAO\\_DE\\_INDICADORES\\_DE\\_DESEMPENHO\\_COMO\\_INSTRUMENTO\\_DE\\_SUORTE\\_A\\_GESTAO ESTRATEGICA/links/55005d560cf2de950a6d613f.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Moises_Zilber/publication/267559505_UTILIZACAO_DE_INDICADORES_DE_DESEMPENHO_COMO_INSTRUMENTO_DE_SUORTE_A_GESTAO ESTRATEGICA/links/55005d560cf2de950a6d613f.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2018.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**/Antônio Carlos Gil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HOCKING, M., STOLTON, S. and DUDLEY, N.. **Evaluating Effectiveness: A Framework for Assessing the Management of Protected Areas**. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK. 2000. x + 121pp.
- ICMBIO, Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (Org.). **Conselhos Gestores de Unidades de Conservação: Um Guia para Gestores e Conselheiros**. ANO 1. ed. Brasília: [s.n.], 2014. 76 p. v. 1. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/guia-conselhos-2014.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2018.
- IDEMA, Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **Conselho Gestor de UC's**. 1. Disponível em: <<http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=1883&ACT=null&PAGE=0&PARM=null&LBL=Unidades+de+Conserva%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 27 fev. 2017.
- IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social et al. (Org.). **Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba**. 1. ed. Curitiba: [s.n.], 2001. 150 p. v. 1. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/zoneamento\\_apa.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/zoneamento_apa.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2018.
- JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mp. a1rç8o9/-220050, março 2003.
- LIMONT, Marcelo. **Educação e participação social na APA de Guaraqueçaba: a capacitação como possibilidade na mediação de conflitos ambientais** / Marcelo Limont. – Curitiba, 2009. 140 f.
- MAGALHÃES, Hercília; BONONI, Vera Lúcia Ramos; MERCANTE, Mercedes Abid. Participação da sociedade civil na gestão de unidades de conservação e seus efeitos na melhoria da qualidade ambiental da região Sudeste do Estado do Mato Grosso do Sul. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 183-192, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3073/307325336008/>>. Acesso em: 13 jan. 2018.
- MARTINE, George. **O lugar do espaço na equação população/meio ambiente**. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 24, n. 2, p. 181-190, jul./dez. 2007.
- MAYA, Cecil et al. Os Conselhos de meio ambiente e desenvolvimento da região da APA de Guaraqueçaba: Relações, sobreposições e perspectivas. **Biodiversidade Brasileira**, Paraná, v. 4, n. 1, p. 29-46, jan. 2014.

Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/revistaelectronica/index.php/BioBR/article/view/336/391>>. Acesso em: 05 maio 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, MMA. **O que são Unidades de Conservação**. única. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>>. Acesso em: 13 jan. 2018. MMA, 2018b.

MORIN, E. **O método II: a vida da vida**. Porto Alegre: Sulina, 2005. 528p.

PORTAL PARTICIPA, Arena da Participação Social. **A Política Nacional de Participação Social**. 1. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/arenadaparticipacaosocial/a-politica-nacional-de-participacao-social>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE, 2013. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica**. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/tag/atlas-dos-remanescentes-florestais-da-mata-atlantica/>> Acesso em: 17/01/2018.

SPVS, Sociedade de Pesquisa Em Vida Selvagem e Educação Ambiental. **APA de Guaraqueçaba serve de laboratório para o desenvolvimento de pesquisas científicas**: Geração de conhecimento sobre biodiversidade contribui para desenvolvimento da região e para a conservação da Mata Atlântica. 1. Disponível em: <<http://www.spvs.org.br/apa-de-guaraquecaba-serve-de-laboratorio-para-o-desenvolvimento-de-pesquisas-cientificas/>>. Acesso em: 06 jan. 2018a.

SPVS, Sociedade de Pesquisa Em Vida Selvagem e Educação Ambiental. **Informações sobre a APA de Guaraqueçaba**. 1. Disponível em: <<http://www.spvs.org.br/agenda-institucional/roteiro-visita/guaraquecaba/>>. Acesso em: 06 jan. 2018b.

TATIKONDA, Lakshmi V., TATIKONDA, Rao J. **We need dynamic performance measures**. Management Accounting. vol. 80, nº 3, pp. 49-51, setembro, 1998.

TEIXEIRA, Cristina; LIMONT, Marcelo. Possibilidades e limites da participação social na gestão de conflito ambiental: o conselho gestor em unidade de conservação. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, Recife, Pernambuco, v. 14, n. I, p. 95-116, jan. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235356>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

VASCONCELLOS FILHO, Paulo de. **Afinal, o que é planejamento estratégico?** Rev. adm. empres., São Paulo, v. 18, n. 2, p. 07-14, junho 1978. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901978000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901978000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06/05/2018.

## ANEXO I

Tabela 1: tabela para sintetizar os assuntos descritos nas atas das reuniões ordinárias do Conapa.

CONSELHEIROS PRESENTES	ASSUNTO	OBJETIVO	LINHAS DE ATUAÇÃO	RESPONSÁVEL	SOLICITAÇÃO	AÇÕES	RESULTADOS

Fonte: o autor.

## ANEXO II

Tabela 2: tabela de classificação dos assuntos com os objetivos do Conapa, em conjunto com os resultados alcançados.

Tema na Ata/Objetivos do Conselho	Solicitação do Conselho	Nível de dificuldade para solução	Data Início – 16/06/2011	Data Início e/ou Resolução – 30/09/2011	Data Início e/ou Resolução – 24/11/2011	Data Início e/ou Resolução – 11/05/2012	Data Início e/ou Resolução – 05/12/2013	Data Início e/ou Resolução – 11/06/2014	Data Início e/ou Resolução – 21/11/2014	Data Início e/ou Resolução – 25/11/2015	Data Início e/ou Resolução – 25/11/2016	Data Início e/ou Resolução – 25/11/2017
Apoio político e institucional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento do ser humano e conservação da natureza	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhoria socioeconômica dos moradores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Integração institucional – com participação dos diferentes atores envolvidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: o autor.

### ANEXO III

Tabela 3: tabela de obtenção dos resultados finais por cada objetivo do Conapa.

Temas/ Objetivos	Nível de Dificuldade	Quantidade de Incidência do Nível de Dificuldade	Média dos Resultados obtidos por objetivo				
			100% (resultados imediatos ou a partir da reunião seguinte)	75% (resultados a partir da segunda reunião)	50% (resultados a partir da terceira reunião)	25% (resultados a partir da quarta reunião em diante)	0% (sem resultados)
<b>Apoio Político e Institucional</b>	Baixo						
	Médio						
	Alto						
<b>Desenvolvimento do ser humano e conservação da natureza</b>	Baixo						
	Médio						
	Alto						
<b>Melhoria socioeconômica dos moradores</b>	Baixo						
	Médio						
	Alto						
<b>Integração institucional – com participação dos diferentes atores envolvidos</b>	Baixo						
	Médio						
	Alto						

Fonte: adaptado do Regimento Interno do Conapa; o autor.

